

# Teoria e prática da pesquisa em jurisprudência: resenha

Andréia Gonçalves Silva  
Raimundo Hélio Nascimento Filho

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Teoria e prática da pesquisa em jurisprudência**: da procura e uso da informação para sustentar teses e estudos jurídicos. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 255 p. ISBN: 978-85-450-0144-7.

A obra interdisciplinar de Lucivaldo Vasconcelos Barros está estruturada em três partes principais, assim constituídas: Capítulo 1 – “Tópicos de Direito aplicados à procura de informação jurisprudencial”; Capítulo 2 – A Ciência da Informação e o processo de procura e uso da jurisprudência e Capítulo 3 – “Bases conceituais e procedimentais para busca de informação jurisprudencial”. Soma-se ao conjunto do livro sob análise, o prefácio de lavra do professor e filósofo Armando Malheiro, a Introdução, as Conclusões, o posfácio de autoria do procurador da República Felício Pontes e, ainda, as Referências e um Índice de assunto.

Registra-se, em relevo, a pretensão do jurista e bibliotecário, Lucivaldo Vasconcelos Barros, de aprofundar a necessidade de diálogo entre a Ciência da Informação e a Ciência do Direito, por meio de conceitos e métodos relativos a essas duas áreas do conhecimento, objetivando, em última análise, a adequada busca da informação jurisprudencial pelos seus destinatários.

Com maestria e propriedade, o Autor por meio

## Andréia Gonçalves Silva

Doutora em Ciência da Informação pela Escola de Comunicações e Artes da USP. Graduada em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela FESPSP. Docente na Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

[andreiabiblio@uol.com.br](mailto:andreiabiblio@uol.com.br)

## Raimundo Hélio Nascimento Filho

Graduado em Direito pela UFPA, com especialização em Direito Processual Civil pelo CESUPA e especialização em Gestão da Administração Pública pelo UNIFAE/ESMPU. Formação extensiva em Análise de Sistemas pela UNAMA. Graduado em Engenharia Civil pela UFPA; Secretário Estadual da Procuradoria da República no Estado do Pará.

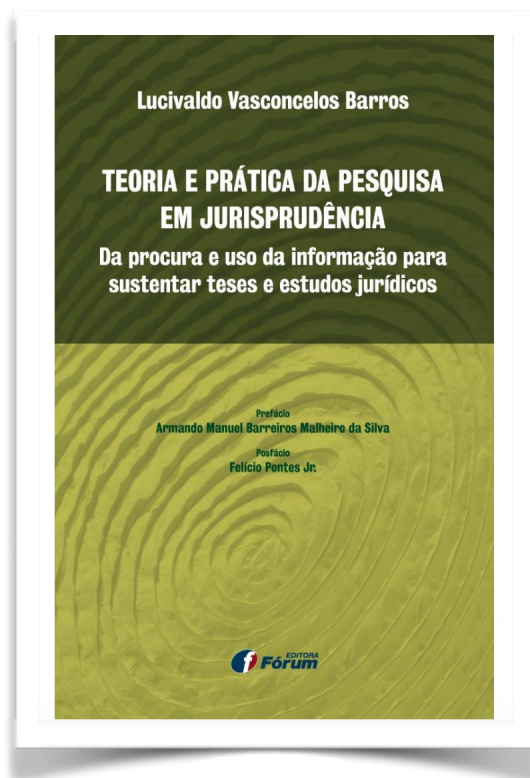
[helio@mpf.mp.br](mailto:helio@mpf.mp.br)

de sua obra instaura uma profícua aproximação entre a Ciência da Informação e as Ciências Jurídicas, enquanto ciências afins, dedicada não apenas a profissionais intermediadores do processo de pesquisa jurídica, mas também a operadores do Direito que encontrarão na publicação minúcias sobre a recuperação da informação jurisprudencial, além de todos os bastidores que envolvem esta que é só uma das etapas da Organização e Recuperação da Informação.

Ao utilizar teóricos da Ciência da Informação e do Direito, Barros demonstra claramente a interdisciplinaridade entre as duas ciências nos três capítulos que abrangem a obra.

Curiosamente, antes dos anos 1990, a busca da informação jurisprudencial se restringia aos índices das revistas jurídicas, como, por exemplo, Revista dos Tribunais, Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça, Revista Trimestral de Jurisprudência, Revista do Superior Tribunal de Justiça, entre outras. Como um garimpeiro em busca do ouro nas minas, o advogado buscava avidamente nas ementas e nos índices dessas revistas um fundamento que sustentasse sua defesa.

Hoje, com a proliferação da informação e, principalmente, com a expansão da Internet e das Tecnologias da Informação que ampliaram a quantidade de opções de busca de informação, é imprescindível ter métodos estruturados para selecionar, filtrar, organizar, disponibilizar e recuperar a informação jurídica. A Ciência da Informação, nesse sentido, desempenha papel fundamental ao buscar tornar mais consistentes os fluxos de informação, desde a geração até a disseminação e uso. Daí seu campo de intersecção com o Direito, que se utiliza de fontes diversas que estabelecem orientações e normas de condutas para a sociedade. Essas fontes que são os meios pelas quais se manifestam o Direito (legislação, doutrina e jurisprudência) precisam ser manejadas por profissionais técnicos capacitados, a fim de serem úteis para sanar as necessidades de informação da comunidade jurídica.



No primeiro capítulo, com amparo na Ciência do Direito, Barros investiga o conteúdo da informação jurisprudencial, trata das fontes que dão origem ao direito conceituando-as, classificando-as, correlacionando-as e conduzindo o leitor a uma abordagem reflexiva das mesmas como, p. ex., ao indagar: existe a possibilidade de o magistrado motivar a sua decisão se nem sequer citar uma lei?

Barros procede, ainda, a uma análise crítica das fontes do Direito como, p. ex., ao apontar a má qualidade da produção doutrinária moderna aliada à grande quantidade disponível nos meios de pesquisa digital, dentre outras discrepâncias. Elege, por conseguinte, a jurisprudência como tema central do capítulo, analisando o nascimento do Direito a partir dessa fonte formal secundária, segundo a clássica acepção. Descreve e ilustra a relação circular existente entre as fontes do Direito, responsáveis pela construção e reconstrução do conhecimento jurídico, estabelecendo suas conexões dialéticas, reservando à jurisprudência a posição nuclear, convergente e catalisadora desse sistema representativo. Evidencia a importância da interpretação jurisprudencial a qual tem o condão de incorporar ao texto da lei um novo espírito, rejuvenescendo-a, conforme significado atribuído pelo juízo, exurgindo, assim, a jurisprudência como dimensão criadora do Direito. Destaca, todavia, que não cabe somente ao magistrado inaugurar novo entendimento. Há outros atores como o Ministério Público, órgão essencial à justiça, sociedade civil organizada, cidadãos, etc., sobretudo, a partir da CF/88.

Discorre acerca da importância do dever de fundamentação das decisões judiciais, implicitamente prevista no texto constitucional (inciso IX, art. 93) e explicitamente, como elemento essencial da sentença, pelo art. 489, do NCPC.

Barros analisa as decisões judiciais conceituando-as e apresentando sua tipologia, desvendando todo o trajeto instrumental percorrido pelas decisões processuais até a formação e consolidação do entendimento jurisprudencial constituindo, assim, o repertório de pesquisa jurisprudencial à disposição dos usuários ou utilizadores, o qual serve de base à sustentação de teses e estudos jurídicos.

Recorre à obra de sua própria autoria na qual consta capítulo específico versando sobre o tema “jurisprudência”, para apresentar de forma sintetizada as variações quanto à tipologia e significados de decisões e sua consolidação via jurisprudência.

Enfim, o Autor revisita outros tópicos de Direito de fundamental importância para o desenvolvimento de seu estudo, a saber: os ritos de instrução judicial e processo de cognição; hermenêutica, interpretação e aplicação da lei e de outras fontes do Direito; o argumento como instrumento de sustentação de teses jurídicas (evidenciando a contribuição da teoria na fundamentação da jurisprudência); além da questão da judicialização; do ativismo judicial e seu influxo na afirmação dos direitos humanos e, finalmente, as contendas judiciais e seus pleitos como objeto de estudos acadêmicos, sempre à luz do novo Código de Processo Civil brasileiro, Lei nº 13.105, de 2015, o qual recriou a processualística brasileira.

No Capítulo 2, intitulado “A Ciência da Informação e o processo de procura e uso da Jurisprudência”, Barros expõe os aspectos que antecedem a procura das fontes jurisprudenciais. Inicia apresentando a importância da pesquisa científica no campo das ciências sociais aplicadas, considera que as investigações são essenciais para a elucidação de problemas, tanto no campo acadêmico como no profissional, para tanto, exige-se aprendizagem e habilidades específicas no processo de busca e informação. Ressalta que a pesquisa representa uma das tarefas mais nobres dos profissionais que atuam na área da informação. No que se refere à pesquisa em informação jurídica, entende que é um processo capaz de nortear uma demanda apresentada a fim de obter como resultado informações úteis à necessidade do usuário a partir de técnicas e estratégias de busca, utilizando critérios de relevância, precisão ou de outros elementos que compõem o processo de recuperação da informação. Pontua que saber pesquisar informação jurídica de forma eficiente, eficaz e efetiva tornou-se a grande âncora daqueles que precisam dar resposta a uma demanda. De fato, a pesquisa da informação jurisprudencial consiste em atender uma demanda do operador do Direito que busca uma resposta para o seu problema. É de grande expectativa e responsabilidade a ação mediadora daqueles que precisam dar uma solução para um problema de pesquisa.

Ao se apoiar nos pilares da Ciência da Informação (produção, organização, representação e uso da informação), Barros destaca a relevância de se observar aspectos técnicos que antecedem a busca da informação jurisprudencial. Trata da organização da informação, ressaltando que não é um processo tão simples quanto se apresenta. Esclarece a importância da representação temática para a pesquisa da informação e do uso de linguagens documentárias. Mostra que o trabalho do indexador exige um olhar atento às peculiaridades da clientela destinatária, além do

domínio da terminologia e conceitos da área. Acrescenta-se o conhecimento da estrutura textual dos documentos, a esse respeito, Barros descreve importância da ementa para o trabalho de vários profissionais do Direito.

É tão expressiva a importância da ementa para a busca da informação jurídica que o Autor aborda questões relacionadas à elaboração, redação e as normas para a feitura das ementas no âmbito jurisprudencial e legislativo. Para ele a ementa tem sido o “calcanhar de Aquiles” de todo o processo de representação temática do conteúdo informacional da jurisprudência. Geralmente as ementas são redigidas de formas dissociadas dos argumentos inseridos no inteiro teor da decisão judicial, o que Barros denomina ementismo jurisprudencial. Por esta razão, em sua opinião, não é recomendável dispensar a leitura da íntegra do acórdão.

Após delinear sobre questões da organização e apresentação da informação jurisprudencial, Barros explica as bases teóricas do processo de procura e uso da informação, que se resume em uma das tarefas mais importantes do Serviço de Referência. Sem dúvida a busca/encontro/recuperação da informação é o auge do processo de referência. Assinala que o pesquisador da informação jurídica precisa compreender o ciclo sistêmico que envolve o processo de busca de informação, desde a observância do pedido demandado até a entrega final do produto da pesquisa que será utilizado pelo operador do Direito. Esclarece que a informação jurisprudencial depende sempre da execução de modo adequado das tarefas que antecedem a busca. Chama a atenção para a quantidade excessiva de informação disponível, um considerável entrave para o pesquisador e para a busca eficaz da informação. Lista outras barreiras que influenciam o processo de busca da informação jurisprudencial, tais como, língua, idioma, manejo de base de dados, identificação de várias formas de documentação jurídica (legislação, doutrina e jurisprudência); estilos individuais de decisão; contexto dinâmico da informação jurídica; proliferação legislativa; meios ineficientes de organização; falta de capacidade de selecionar, avaliar e usar a informação; contexto da aplicação da lei pelos magistrados; entre outros.

Apresenta ainda as abordagens das ciências jurídicas desde as correntes positivistas até a teoria estruturante do Direito, e as abordagens epistemológicas e paradigmáticas da Ciência da Informação que tratam da lógica da busca da informação, ressaltando as teorias sobre necessidades e comportamento do usuário na busca da informação. Deixa claro que o usuário é o grande responsável pela engrenagem que dinamiza e move o processo informacional. Há diversos utilizadores

da informação jurisprudencial, cada qual com sua necessidade, com seu pedido. Na área jurídica cada usuário tem um interesse e um estilo próprio de decidir. Com efeito, as demandas judiciais operam em um espaço dialético de contradição. A necessidade informacional do advogado que está defendendo o autor da ação é contrária a do advogado que defende o réu. Desse modo, o uso da informação jurisprudencial assume papéis e significados diversos conforme os diferentes perfis de usuários.

Existe uma preocupação do Autor com o *juridiquês* das decisões jurisprudenciais. Para ele os textos devem ser claros, concisos e compreensíveis para o maior número de destinatários. As partes do processo precisam entender a linguagem jurídica, pois são as grandes beneficiárias. Barros faz uma análise crítica dos problemas da ambiguidade, vagueza e imperfeições da linguagem jurídica; características que influenciam negativamente a busca da informação jurisprudencial.

Demonstra que embora o ordenamento jurídico brasileiro siga o modelo *civil law* (a lei é fonte suprema do Direito), atualmente, os precedentes judiciais estão ganhando um significado expressivo, com isso há a utilização dos usos e costumes, características próprias da *common law*. Finaliza o Capítulo 2 ressaltando questões da ética na procura e no uso da informação jurisprudencial e do direito autoral no acesso à informação.

No Capítulo 3 assim nominado de “Bases conceituais e procedimentais para busca de informação jurisprudencial”, Barros descreve sua teoria para busca da informação jurisprudencial, tendo como aporte o contributo da Ciência da Informação. Assim, desenvolve uma estratégia de busca, lecionando como extrair da jurisprudência a informação que satisfará o utilizador ou usuário, a partir dos aspectos teóricos e práticos norteadores de sua pesquisa.

Utiliza como vetor metodológico o processo de busca informacional proposto por Denis Grogan, assim, sistematizado: 1. Problema; 2. Necessidade de informação; 3. Questão inicial; 4. Questão negociada; 5. Estratégias de busca; 6. Processo de Busca; 7. Resposta; 8. Solução.

Propõe o seu próprio modelo metodológico de busca de informação jurisprudencial, passando a detalhar o modelo de Grogan, com base nos princípios e conceitos da Ciência da Informação, e a introduzir as questões jurídicas, estabelecendo, assim, conexões entre esses dois modelos a partir da ocorrência de uma controvérsia ou demanda jurídica, esta considerada como um “problema” no

modelo Grogan e dentro de um determinado contexto relacionado ao ambiente, aos destinatários (operadores da área do Direito ou beneficiários da informação) e às tarefas desses utilizadores na procura adequada de uma informação jurisprudencial.

Demonstra que a questão inicial se resume na formulação do pedido pelo utilizador do Direito.

Defende que a questão negociada auxilia na clarificação do pedido. É a etapa na qual se negocia com o usuário com o intuito de sanar dúvidas e manter o objeto e foco da pesquisa. Buscam-se esclarecimentos, há reformulações ou redefinições da questão inicial.

Observa que na estratégia de busca definem-se as regras ou meios para localizar a informação demandada, tais como quais fontes de informação serão consultadas, quais termos serão utilizados, quais tipos documentais busca-se recuperar. Nesta fase, o profissional responsável pela busca deve traduzir o pedido do usuário num enunciado de busca compatível com a linguagem utilizada pelo sistema de informação.

Esclarece que após a delimitação dos pedidos e definição de estratégias de pesquisa é o momento efetivo da busca da informação, isto é, do processo de busca.

Declara que a resposta não constitui a finalização do processo de busca, uma vez que a busca pode ter sido negativa, com isso a necessidade de informação do usuário continua pendente.

Em seu modelo, Barros desenvolve estratégias eficazes de busca avançada à procura de informação jurisprudencial, por meio do emprego de técnicas especializadas que envolvem recursos bibliográficos e informacionais (buscas *booleanas*, p. ex.), ilustrando, com primazia, todo o processo de procura de jurisprudência em recursos informacionais. Conteúdo de extrema relevância para a prática profissional daqueles que militam nos serviços de busca e recuperação da informação jurídica. Amplia o método proposto por Denis Grogan ao acrescentar uma etapa, imediatamente posterior à pesquisa, ou seja, posterior à avaliação dos resultados, relativa ao uso eficaz e efetivo da informação jurídica, ou conjunto de informações jurídicas definidas pelo Autor como documentação jurídica, uma atividade finalística subjetiva do utilizador.

Em síntese, o modelo proposto por Barros se resume em (i) Saber que o usuário da informação jurisprudencial tem um problema que surge de uma controvérsia

jurídica. (ii) Constatar que ele quer resolver o problema, ou seja, há uma necessidade de informação que varia conforme o contexto do operador ou beneficiário do Direito. (iii) Perceber que essa necessidade precisa ser traduzida em uma pergunta, que é a questão inicial. Em alguns pedidos a questão inicial não está claramente delimitada, com isso ela precisa ser negociada. (iv) Redefinir a questão inicial que se transforma em questão negociada. (v) Estabelecer a estratégia de busca que será utilizada para responder ao pedido do usuário. (vi) Encontrar a resposta para a demanda estabelecida, tendo a consciência de que o processo pode ainda não ter sido finalizado. (vii) Observar se a resposta encontrada foi aprovada pelo usuário, ou seja, se é a solução que ele precisava para assim finalizar o processo de busca.

De posse dessas etapas os operadores do Direito, bibliotecários e demais profissionais que manuseiam a informação jurisprudencial poderão obter qualidade e excelência na prática da pesquisa jurídica.

Após a apresentação de sua teoria de busca da informação jurisprudencial, o Autor aborda, ainda, de forma reflexiva, os meios informáticos a serviço da procura de informação jurisprudencial, com alusão à busca em ambiente eletrônico, oferecendo dicas e estratégias de procura de jurisprudência na *web*, indicando bases *online* de jurisprudência, doutrina e de legislação, ampliando, de modo salutar, o objeto de sua pesquisa, oferecendo inúmeros exemplos práticos de busca e, ao final do capítulo, apresenta uma síntese do modelo proposto aplicado em dois casos de procura de informação jurisprudencial, fruto de sua vasta experiência profissional, sobretudo, à frente da Assessoria de Pesquisas Avançadas do Ministério Público Federal.

Sem dúvida, *Teoria e prática da pesquisa em jurisprudência* inaugura um marco na Biblioteconomia Jurídica ao propor um método de busca da informação jurisprudencial utilizando bases teóricas das Ciências Jurídicas e da Ciência da Informação, promovendo um sólido e profícuo diálogo entre as duas ciências.

Ao objetivar discutir conceitos e aportes teóricos dessas duas áreas do conhecimento humano, bem como apresentar requisitos e estratégias essenciais para obter informações e argumentos contidos em decisões judiciais úteis à sustentação de teses e à fundamentação de estudos jurídicos o Autor contribui, assim, à utilidade da informação jurisprudencial, sua efetividade, em prol da Justiça e da Paz social.

A partir dessa obra multidisciplinar, reflexiva, propositiva, estimulante e desafiadora, Lucivaldo Vasconcelos Barros edifica uma ponte que aproxima a Ciência



da Informação e Ciência do Direito, oferecendo aos profissionais da informação jurídica e aos criadores ou operadores do Direito uma estratégia de busca adequada da informação jurisprudencial visando, em última análise, extrair da pesquisa o verdadeiro substrato à efetividade do Direito, à realização da justiça e à promoção da paz social.

Com efeito, é com brilhantismo e profissionalismo que Barros deixa uma obra instigante, completa e útil a diversos tipos de profissionais. Cada qual dentro de sua área de atuação encontrará informações produtivas e essenciais para a procura e uso da informação jurisprudencial.

Mormente, aos profissionais de Biblioteconomia Jurídica resta assumir o papel que lhes é devido de pesquisadores contemporâneos por excelência, nesse processo de busca avançada e de uso eficiente e eficaz da informação jurídica, aprimorando e desenvolvendo as competências pessoais e profissionais indispensáveis à efetividade dos resultados almejados pelos usuários.

Por seu turno, os operadores ou criadores jurídicos, também devem assumir, não apenas o papel secundário de clientes nesse processo, conquanto não podem prescindir dessa extraordinária estratégia de busca e uso da informação jurisprudencial. Devem se apoderar desse modelo metodológico proposto pelo Autor, capaz de torná-los exímios pesquisadores autônomos. É enfim, o “caminho das pedras” para uma procura adequada e uso efetivo da informação jurisprudencial, mormente, aos que se dedicam à sustentação de teses e estudos jurídicos.

#### Como citar esta resenha:

BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Teoria e prática da pesquisa em jurisprudência**: da procura e uso da informação para sustentar teses e estudos jurídicos. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 255 p. ISBN: 978-85-450-0144-7. Resenha de: SILVA, Andréia Gonçalves; NASCIMENTO FILHO, Raimundo Hélio. *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v.3, n.2, p. 183-191, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.cajur.com.br>>.